



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

LUCIVÂNIA MARIA CAVALCANTI FERREIRA

O DESAFIO DA INSERÇÃO DA CRIANÇA AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

**CAMPINA GRANDE
2019**

LUCIVÂNIA MARIA CAVALCANTI FERREIRA

O DESAFIO DA INSERÇÃO DA CRIANÇA AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduada em Pedagogia.

Área de concentração: Formação do professor

Orientadora: Prof. Ms. Livânia Beltrão Tavares

CAMPINA GRANDE

2019

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F383d Ferreira, Lucivânia Maria Cavalcanti.

O desafio da inserção da criança autista na educação infantil [manuscrito] / Lucivânia Maria Cavalcanti Ferreira. - 2019.

24 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2023.

"Orientação : Prof. Dr. Livânia Beltrão Tavares, Departamento de Educação - CEDUC."

1. Autismo. 2. Educação infantil. 3. Educação inclusiva. I.
Título

21. ed. CDD 372

LUCIVÂNIA MARIA CAVALCANTI FERREIRA

O DESAFIO DA INSERÇÃO DA CRIANÇA AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial à obtenção do título de Graduação em Pedagogia.

Aprovada em: 09/12/2019

BANCA EXAMINADORA

Livânia Beltrão Tavares

Prof. Ms. Livânia Beltrão Tavares (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ruth Barbosa de Araújo Ribeiro

Prof. Ms. Ruth Barbosa de Araújo Ribeiro
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Diana Sampaio Braga

Prof. Dra. Diana Sampaio Braga
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico as minhas filhas que são minha inspiração para que nunca deixe de lutar por dias melhores, e conseqüentemente é através da educação que teremos essa realidade.

“Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias”.

Paulo Freire

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	8
2.1 DEFININDO O AUTISMO: BREVE CONTEXTO HISTÓRICO	8
2.2 AUTISMO NO BRASIL	10
2.3 A INCLUSÃO	10
3 O PERCURSO METODOLÓGICO.....	13
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	13
3.2 FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS	13
3.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA	13
3.4 CENÁRIO DA PESQUISA	13
3.5 ANÁLISE DOS DADOS	14
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	14
4.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES	14
4.2 A VISÃO CONCEBIDA AO AUTISMO	14
4.3 A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM	15
4.4. AS DIFICULDADES ENFRENTADAS NA REALIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE COM OS ALUNOS AUTISTAS	16
4.5 A INCLUSÃO DAS CRIANÇAS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NA VISÃO DAS ENTREVISTADAS	18
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS.....	19
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....	23
AGRADECIMENTOS.....	24

O DESAFIO DA INSERÇÃO DA CRIANÇA AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

THE CHALLENGE OF INSERTING CHILDREN IN CHILD EDUCATION

Lucivânia Maria Cavalcanti Ferreira*

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar os desafios da inserção de crianças autistas na Educação Infantil. Dessa forma, buscamos compreender os percursos da criança no cotidiano de uma sala de aula da rede municipal na cidade de Queimadas-PB, mostrando o contexto da inclusão e as dificuldades enfrentadas pelos docentes. O trabalho foi elaborado como uma pesquisa qualitativa, com aplicação de entrevista semiestruturada que propiciou entendermos os dados coletados de forma objetiva. O autismo é classificado como um dos Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), e é descrito como um espectro, pois as características podem ir de leve ao mais severo, podendo inclusive comprometer o desenvolvimento do indivíduo. Apesar de o autismo ter se tornado mais “comum” nos últimos tempos, ainda é um tema que gera muitas dúvidas, não apenas entre as famílias, mas também no cenário educacional. A inclusão é um processo complexo e ainda demorado, apesar da legislação brasileira garantir a toda criança o direito à educação na rede regular de ensino, fazendo-se necessárias adaptações nos currículos das escolas para capacitar os profissionais envolvidos. O aporte teórico ao qual nos fundamentamos traz os documentos legais como principais pontos de pesquisa, bem como Figueiredo (2015), Mantoan (2006), Santos (1999), dentre outros. Tecemos algumas considerações acerca do autismo, como sua definição, um pouco do contexto histórico, e os desafios da educação inclusiva. Destacamos na pesquisa a opinião das professoras com relação a quatro pontos importantes para a educação de crianças autistas: a visão concedida ao autismo; a participação da família no auxílio do trabalho pedagógico; as dificuldades enfrentadas na realização do trabalho docente com os alunos autistas; a inclusão das crianças autistas na Educação Infantil na visão das entrevistadas. Diante das leituras e pesquisas, concluímos que é preciso que a escola tenha o interesse de conhecer e criar novos métodos pedagógicos, para que a criança possa se desenvolver junto ao meio social, bem como uma formação mais aprofundada e adequada para os profissionais que com eles atuam.

Palavras-Chave: AUTISMO; EDUCAÇÃO INFANTIL; EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

ABSTRACT

* Aluna de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I. Email: linda_cavalcanti@hotmail.com

This paper, entitled “The challenge of inserting autistic children into early childhood education” aims to analyze the challenges of inserting autistic children into early childhood education. Thus, we seek to understand the child's pathways in the daily life of a classroom of the municipal network in the city of Queimadas - PB, showing the context of inclusion and the difficulties faced by teachers. The work was elaborated as a qualitative research, with semi-structured interview application that allowed us to understand the data collected objectively. Autism is classified as one of the Global Developmental Disorders (GDD), and is described as a spectrum because its characteristics can range from mild to severe and may even compromise an individual's development. Although autism has become more “common” in recent times, it is still a topic that generates many doubts, not only among families, but also in the educational setting. Inclusion is a complex and time-consuming process, although Brazilian law guarantees every child the right to education in the regular school system, making adjustments to school curricula necessary to enable the professionals involved. The theoretical support to which we are based brings legal documents as main research points, as well as Figueiredo (2015), Mantoan (2006), Santos (1999), among others. We make some considerations about autism, such as its definition, a bit of historical background, and the challenges of inclusive education. We highlight in the research the opinion of teachers regarding four important points for the education of autistic children: the view given to autism; family participation in helping pedagogical work; the difficulties faced in carrying out teaching work with autistic students; the inclusion of autistic children in early childhood education in the interviewees' view. Given the readings and research, we conclude that the school must have the interest to know and create new pedagogical methods, so that the child can develop with the social environment, as well as a more in-depth and appropriate training for professionals who work with them. act.

Keywords: AUTISM; INCLUSION; CHILD EDUCATION.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo formou-se a partir de um projeto de pesquisa acadêmica, elaborado para atender ao requisito de conclusão do curso de Pedagogia, o qual tem como foco o desafio da inserção da criança autista na Educação Infantil.

O autismo está sendo um tema bastante estudado e discutido em fóruns e palestras, não é por acaso, o número de crianças autistas vem aumentando significativamente, e por mais que tenha sido estudado ainda não há uma resposta certa, sabemos que é um transtorno complexo com inúmeras características e tratamentos paliativos.

O objetivo do presente trabalho é analisar o desafio da inserção de crianças autistas na Educação Infantil. Dessa forma, buscamos compreender os percursos da criança no cotidiano de uma sala de aula da rede municipal na cidade de Queimadas - PB, mostrando o contexto da inclusão e as dificuldades enfrentadas pelos docentes, identificando dos mesmos em relação ao autismo. O trabalho foi elaborado como uma pesquisa qualitativa, que propiciou entendermos os dados coletados de forma objetiva. Buscamos fazer da observação numa perspectiva investigativa subjetiva, o uso da entrevista semiestruturada nos permitiu compreender melhor o contexto da inclusão. Consequentemente, afirmamos que os métodos utilizados foram de suma importância pois contribuíram de modo significativo para analisar os dados e chegar a reflexões relevantes para a nossa educação e para estudantes que investigam a inclusão de crianças especiais, especificamente, a entrada de crianças autistas na educação infantil.

Ao longo do trabalho destacamos um breve conceito histórico sobre o autismo, destacamos alguns teóricos, fazemos algumas discussões sobre os mesmos, o processo evolutivo dos estudos, nos levando a refletir sobre o que está sendo abordado, em seguida, seguimos na perspectiva da inclusão desde a criação das leis e asseguridade nos dias atuais. Posteriormente, levamos as discussões para o campo investigativo, indagamos as docentes sobre a visão do autismo, as dificuldades da inclusão, a participação da família no processo de ensino das crianças autistas, o que as mesmas conhecem sobre a inclusão. Ao final tecemos as considerações finais sobre o que foi estudado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 DEFININDO O AUTISMO: BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

A origem da palavra autismo é grega (autos) que significa por si próprio, característica intrínseca aos autistas. Do ponto de vista etiológico é também uma palavra origem grega advinda do termo "autos", que significa "Eu próprio", designação que tem acepção direta com uma perturbação global do desenvolvimento humano, onde o indivíduo se centra em si mesmo e se isola do "mundo exterior". Quando acrescido do sufixo "ismo" dá ideia de orientação ou estado (OLIVEIRA; ARAGÃO, 2011).

Os estudos científicos sobre o autismo começaram com um extenso informe publicado em 1943, por um psiquiatra austríaco residente nos Estados Unidos, o doutor Leo Kanner. Em seu artigo Alterações Autistas do Contato Afetivo, Kanner descrevia com precisão casos de 11 crianças que apresentavam deficiência no que

se refere à interação social, comunicação, comportamento, competências de imaginação e compreensão social. De acordo com Kanner essas características são únicas, e não pertencem a grupos de crianças com deficiência mental. O psiquiatra Kanner inicialmente chamou de “Distúrbio autístico do contato afetivo”. Ao longo dos anos outras pesquisas e estudos foram realizados e modificações foram feitas a de Kanner, e dessa forma atribuíram outras definições e características.

O médico Hans Asperger também austríaco escreveu outro artigo Psicopatologia Austística da infância, as crianças eram semelhantes às estudadas por Kanner, mas de acordo com Asperger as descritas em seu artigo eram mais inteligentes e sem atraso significativo no desenvolvimento da linguagem. Na síndrome de Asperger as características se diferenciam um pouco das do autismo, a memória é privilegiada e os aspectos as crianças apresentam coeficiente acima do normal (SCHWARTZMAN, 2010).

Há relatos que em 1962 fundaram a primeira associação no mundo de famílias de autistas a National Austistic Society (NAS). Essa associação tinha como principais objetivos: abrir uma escola infantil para autistas, um domicílio para os adultos e conceber um serviço de comunicação e apoiando outros pais (MELLO; SILVA, 2013).

Segundo a Associação Amigos do Autista (AMA, 2012), em 1944, Hans Asperger pesquisou e classificou a Síndrome de Asperger, um dos espectros mais conhecidos do Autismo. Reconheceu que embora os sintomas e problemas mudem com o tempo, o problema em geral raramente acaba. O mesmo escreveu que “no curso do desenvolvimento, certas características predominam ou recuam, de modo que os problemas apresentados mudam consideravelmente”. (ASPERGER,1944 , apud FIGUEIREDO, 2015,p.05.)

Asperger aplicou descrições de alguns casos clínicos, caracterizando aspectos físicos e comportamentais, desempenho nos testes da inteligência, além de enfatizar a preocupação com a abordagem educacional desses indivíduos e a história familiar. Diante dessa perspectiva histórica, evidencia-se que no princípio os estudos do autismo estão intimamente ligados com as características psiquiátricas da esquizofrenia, em razão da coincidência de traços de isolamento social. E atualmente desprende-se da ideia de psicose para transtorno de desenvolvimento. (TAMANAH et al, 2009).

A partir dos estudos de Kanner e Asperger, foram realizadas várias pesquisas, e características foram atribuídas e modificadas para a síndrome, que afeta a vida social de várias crianças. As primeiras alterações dessa concepção surgem a partir de Ritvo (1976), que relaciona o autismo a um déficit cognitivo, considerando-o não uma psicose e sim um distúrbio do desenvolvimento. Dessa maneira, a relação autismo-deficiência mental passa a ser cada vez mais considerada, levando-nos a uma situação díspar entre as classificações francesa, americana e a da Organização Mundial da Saúde.

O autismo é definido pela organização mundial de saúde como um distúrbio do desenvolvimento, sem cura e severamente incapacitante. Sua incidência é de cinco casos em cada 10.000 nascimento, caso se adote um critério de classificação rigorosa é três vezes maior se considerar casos correlatados, isto é, necessitem do mesmo tipo de atendimento. (MANTOAN, 1997, p. 13)

Percebemos que não há um conceito estabelecido para o autismo, o mesmo vem sendo estudado e modificado de acordo com as novas descobertas. Segundo Reviere (2004), o conceito autismo, passou por três momentos históricos.

- ✓ O primeiro momento 1943 a 1963- o autismo considerado essencialmente como transtorno emocional.
- ✓ O segundo momento 1963 a 1983- pesquisas empíricas associam o autismo a um transtorno neurobiológicos enfocando as alterações cognitivas mais do que afetivas.
- ✓ O terceiro momento corresponde a criação das escolas dedicadas as crianças autistas, bem como aos novos métodos de ajudar as pessoas autistas a se relacionarem ao meio social.

Sendo assim, o autismo é um transtorno complexo, pois apresenta uma variedade de sintomas que estão ligados a três áreas básicas: o comportamento, a interação social e a comunicação, dificultando encontrar seu verdadeiro conceito, pois ao mesmo tempo que crianças apresentam comprometimentos de todas, outras desenvolvem habilidades motoras, sensoriais, que estão muito além da idade cronológica, dificultando encontrar seu verdadeiro conceito. De acordo com Bandim (2011, p. 47): “o diagnostico pode ser considerado como o princípio fundamental para um direcionamento e ponto de partida para o tratamento adequado”.

2.2 AUTISMO NO BRASIL

De acordo com os dados da AMA (2014), os indivíduos que estão no espectro do autismo correspondem 1% da população, de acordo com o próprio Ministério da Saúde. O Brasil aderiu a partir do dia 02 de abril de 2008 à celebração do Dia Mundial de Conscientização do Autismo, decretado pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de chamar a atenção da sociedade sobre a síndrome e levantar discussão a respeito do autismo. A cor azul foi escolhida como símbolo do autismo, tendo em vista a comprovação de que a patologia é mais comum nos meninos (BRASIL, 2013).

No que se refere à realidade brasileira, Melo (apud COSTA, 2009), declara que no Brasil existem leis que são utilizadas para a garantia dos direitos das pessoas com autismo e seus familiares. Elas dispõem sobre o direito ao melhor tratamento do sistema de saúde.

Recentemente, o Ministério da Saúde lançou uma cartilha que auxilia o diagnóstico precoce do autismo, contando com uma tabela que traz indicadores de todo o processo do desenvolvimento infantil e também alguns alertas dos médicos que atuam no Sistema Único de Saúde (SUS). (BRASIL, 2014).

Outra associação relevante é a Associação Brasileira de Autismo (ABRA), que é uma entidade civil sem fins lucrativos, com sede e foro em Brasília-DF, mas com funcionamento itinerante, originalmente destinada a congregar associações de pais e amigos de autistas. Ressalta-se que a AMA de São Paulo foi a primeira associação de pais e amigos da pessoa com autismo no Brasil, fundada em 1983. (ABRA, 2014).

2.3 A INCLUSÃO

Durante muitos anos os alunos com algum tipo de deficiência não eram inseridos no ensino regular, atualmente os mesmos podem ser matriculados, porém muitos não têm os seus direitos assegurados, e estes sofrem por não ter as mesmas oportunidades educacionais que os demais, além de muitas vezes são considerados incapazes de aprender.

Percorrendo os períodos da história Universal desde os mais remotos tempos, evidenciam-se teorias e práticas sociais segregadoras, inclusive quanto ao acesso ao saber. Poucos podiam participar dos espaços sociais nos quais se transmitiam e se criavam conhecimentos. A pedagogia da exclusão tem origens remotas, condizentes com o modo como estão sendo construídas as condições de existência da humanidade em determinado momento histórico. Os indivíduos com deficiência, vistos como doentes e incapazes, sempre estiveram em situação de maior desvantagem, ocupando no imaginário coletivo a posição de alvos de caridade popular e da assistência social, e não sujeitos de direitos sociais, entre os quais se inclui o direito da educação. Ainda hoje constata-se a dificuldade de aceitação do diferente no seio familiar e social, principalmente do portador de deficiências múltiplas e graves que na escolarização apresenta dificuldades acentuadas de aprendizagem (DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA,2001, p.19)

Portanto, a inclusão é um termo bastante enfatizado, no entanto na prática o seu significado torna-se aquém da realidade, tendo em vista que muitas crianças conseguem adentrar nas salas de aulas, mas permanecem alheias diante do que são propiciadas. Dessa maneira vale ressaltar que a Lei de Diretrizes 9.394/96 determina a obrigação das escolas de ensino regular em receber no convívio normal crianças com algum tipo de deficiências, apresentando um ambiente que disponibilize profissionais capacitados, ambientes adequados e materiais adaptados para assegurar e promover a inclusão da criança bem como salienta a Lei da Declaração dos Direitos da Criança 1959.

Segundo Michels (2006) a composição da política de inclusão ocorreu a partir de compromissos históricos assumidos, de forma coletiva, pelos movimentos de luta por direitos sociais a exemplo, da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), da Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990) e do Relatório para a UNESCO da Comissão a Internacional sobre Educação para o Século XXI (1996). Essas políticas públicas vêm com o intuito de pôr fim a ideia de exclusão. Dessa forma, podemos afirmar que a inclusão é o compartilhamento de direitos concebidos, proporcionando para que todos tenham as mesmas condições de uma vida digna e justa.

Os postulados estabelecidos em Salamanca (ESPANHA, 1994), na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade (ressalta alguns trechos que justificam as linhas de propostas apresentadas no Relatório):

Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias; Os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenha em vista toda gama dessas diferentes características e necessidades; As pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns

que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades; ... as crianças com necessidades educacionais especiais devem receber todo apoio adicional necessário para garantir uma educação eficaz. (...) deverá ser dispensado apoio contínuo, desde a ajuda mínima nas classes comuns até a aplicação de programas suplementares de apoio pedagógico na escola, ampliando-os, quando necessário, para receber a ajuda de professores especializados e de pessoal de apoio externo;... Atenção especial deverá ser dispensada à preparação de todos os professores para que exerçam sua autonomia e apliquem suas competências na adaptação dos programas de estudos e da pedagogia, a fim de atender às necessidades dos alunos e para que colaborem com os especialistas e com os pais; Os programas de estudos devem ser adaptados às necessidades das crianças e não o contrário, sendo que as que apresentarem necessidades educativas especiais devem receber apoio adicional no programa regular de estudos, ao invés de seguir um programa de estudos diferente;

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, em classes comuns, exige que a escola regular se organize de forma a oferecer possibilidades objetivas de aprendizagem, a todos os alunos, especialmente àqueles portadores de deficiências. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 5-7).

Sabemos que no Brasil, as crianças com deficiências têm seus direitos de inclusão desde a educação básica até o ensino superior, assegurados por referenciais legais que constituem e instituem a educação inclusiva.

- ✓ Diretrizes Nacionais para Educação Especial Básica (2001) que determina que as escolas se organizem para proporcionar uma educação de qualidade para os portadores de deficiência.
- ✓ Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.9.394/96) que assegura aos educandos uma plena assistência em todo e qualquer estabelecimento de ensino
- ✓ Declaração de Salamanca, Espanha (julho de 1994) sobre o tema Necessidades Educativas o Acesso a Qualidade, que traz importantes contribuições no que se refere a Educação Especial.
- ✓ A carta de Jomtien, Tailândia, que é matriz da Política Educacional de Inclusão
- ✓ Lei n.7853/89 que cria a coordenadoria Nacional para integração da portadora de deficiência (CORDE)
- ✓ Declaração Universal dos Direitos Humanos (1984) que assegura todos à Educação.
- ✓ Lei de Diretrizes e Bases (Lei n 4.024/61) que recomendada integra no sistema geral de Ensino a Educação de excepcionais (termologia usada para pessoas com deficiência na época)

Mesmo com todas as leis assegurando-as, as crianças autistas esbarram em inúmeros obstáculos, pois o “incluir”, não está apenas em poder frequentar uma sala de aula, mas torná-las aptas a desenvolver suas habilidades e capacitá-las a viver no meio social de forma integral.

Sabemos que geralmente os primeiros sintomas do autismo desenvolvem-se nos três primeiros anos de vida, e esses acometem justamente a comunicação, a interação e o comportamento das crianças, como elas apresentam diversas características, o professor deve estar atento ao “novo”, e saber como atender as dificuldades que elas apresentam.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), acredita-se que deve haver mais de 70 milhões de pessoas com autismo no mundo (BRASIL, 2011). Sabendo-se que as alterações do desenvolvimento normalmente são percebidas aos seis meses de vida, destacam-se como os primeiros sinais de autismo: alterações do sono, indiferença em relação aos cuidadores, ausência de sorriso social, desconforto quando acolhido no colo e desinteresse pelos estímulos oferecidos, por exemplo, os brinquedos, ausência de atenção compartilhada (não compartilham o foco de atenção com outra pessoa) e de contato visual (não estabelecem contato "olho no olho"); comportamentos inalteráveis, ausência de resposta ao chamado dos pais ou cuidadores, aparentando surdez, ausência de reação de surpresa ou dificuldade para brincar de "faz de conta", hipersensibilidade a determinados tipos de sons, autoagressão, interesses circunscritos, às vezes, gosta de girar objetos. (BRASIL, 2011).

3 O PERCURSO METODOLÓGICO

A seguir, apresentaremos o desenvolvimento da pesquisa, explicitando a abordagem utilizada, os instrumentos de investigação os sujeitos participantes, o cenário da pesquisa, e as etapas vivenciadas para análise dos dados.

3.1 TIPO DE PESQUISA

Selecionamos por uma pesquisa do tipo qualitativa, que possibilitou entender e interpretar o tema abordado, pois o pesquisador é capaz de ampliar seus conceitos e opiniões a partir de padrões localizados nos dados, ao invés de coletar dados para comprovar teorias, hipóteses e modelos pré-concebidos. Segundo Maciel e Raposo (2010, p.82) a pesquisa qualitativa "não exige a definição de hipóteses formais. [...] são momentos dos pensamentos do investigador comprometido com o curso da investigação, as quais estão em constante desenvolvimento".

Haja vista que numa pesquisa qualitativa, não a uma verdade absoluta, sempre pode ocorrer modificações nos resultados obtidos, o pesquisador deve tentar atingir ao máximo uma conclusão coerente.

3.2 FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada se deu por meio de entrevistas semiestruturadas que foram perguntas previamente estabelecidas, mas o entrevistador não está limitado por elas, pois pode ocorrer a inclusão de outras, de acordo com as respostas dadas pelo entrevistado e estando com os objetivos da investigação.

3.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Para o desenvolvimento da pesquisa proposta, observamos e entrevistamos 2 professoras e 2 cuidadoras da rede municipal da cidade de Queimadas- PB, que acompanharam uma criança autista em todo o processo da Educação Infantil.

3.4 CENÁRIO DA PESQUISA

A pesquisa em discussão foi realizada, em uma escola da rede municipal da cidade de Queimadas-PB. A escola escolhida é da zona urbana, foi fundada em 1983, e hoje atende aproximadamente 204 crianças regularmente matriculadas no

Ensino Infantil e Fundamental I. A instituição é composta por uma equipe de funcionários formada pela diretora, vice-diretora, professoras, secretária, cuidadoras, auxiliares de limpeza, cozinheiras, a grande maioria com contratos temporários pelo município.

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

Para chegar ao resultado da pesquisa, iremos analisar as respostas da entrevista, bem como as anotações feitas durante as observações, e assim discutiremos os resultados dos dados obtidos. Sendo assim, será explanado o resultado através de cada ponto observado, durante a pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES

Colaboram com a pesquisa duas (2) professoras as quais chamaremos de (P1 e P2) e duas (2) cuidadoras as quais chamaremos (C1e C2), são auxiliares de ensino que o município disponibiliza para o auxílio das crianças com necessidades educacionais especiais.

As professoras entrevistadas são formadas em Pedagogia, mas não têm especialização em educação especial, a professora C1 leciona há pouco mais de 4 anos, seu primeiro contato com o aluno autista foi no Pré-1 no ano passado, a professora P1 leciona há 8 anos e já tem vários alunos autistas, porém não tem nenhuma especialização na área da educação inclusiva, realidade da grande maioria das professoras que atuam na escola do município em questão.

As cuidadoras entraram no curso de Pedagogia recentemente, não têm experiências com sala de aula, tão pouco com crianças autistas, mas o município dispõe formação para as mesmas.

Diante das observações, respostas das professoras e anotações podemos destacar alguns pontos relevantes para o resultado da pesquisa

- ✓ A visão concedida ao autismo
- ✓ A participação da família no auxílio do trabalho pedagógico
- ✓ As dificuldades enfrentadas na realização do trabalho docente com os alunos autistas
- ✓ A inclusão das crianças autistas na educação infantil na visão das entrevistadas

4.2 A VISÃO CONCEBIDA AO AUTISMO

Traremos as falas das educadoras entrevistadas, quando perguntamos sobre o que as mesmas entendem sobre o autismo.

“As pessoas com transtorno do espectro autista possuem dificuldades, severas ou leves, em relação ao desenvolvimento intelectual e principalmente, na interação social” (C1).

“Transtorno de desenvolvimento grave, podendo ser leve a moderado, no qual prejudica a capacidade de se comunicar e interagir” (C2)

“Autismo é um transtorno de desenvolvimento grave que prejudica a capacidade de se comunicar e interagir com outras pessoas”. (P1)

“Autismo é uma doença que afeta a socialização, comunicação e o comportamento da criança cada condição varia de um para o outro, tendo umas o grau leve e mais grave”. (P2)

Ao analisarmos as respostas dadas pelas educadoras, podemos afirmar que todas têm conhecimento, descrevendo algumas características do transtorno, relatam o que é visível ou mesmo tenha sido uma breve leitura sobre o que é o autismo. Destacamos que é muito comum depararmos com professoras com o conhecimento básico sobre o autismo, impedindo assim de desenvolver práticas que possam melhorar o desempenho dos alunos autistas. De acordo com Freitas (2006, p.162) “quando a inclusão é refletida, ela leva-nos inevitavelmente a repensar a relação entre formação do professor e as práticas pedagógicas.”

Sabemos que o autismo está muito além de ter apenas algumas características descritas pelas educadoras, percebe-se que há mais características do que vê-las como crianças com dificuldade de interação e comunicação.

Segundo Bandim (2011, p.33) “a dificuldade na comunicação consiste em utilizar, com sentidos, todos os aspectos da comunicação verbal e não verbal, incluindo gestos, expressões faciais, linguagem corporal, ritmo e modulação na lingual verbal”. Além disso, crianças autistas apresentam dificuldades de olhar, olho no olho, obedecer aos comandos e interagir com os demais sujeitos.

4.3 A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

De acordo com as respostas dadas, quando perguntadas como é a participação da família no desenvolvimento da aprendizagem do aluno, as professoras destacaram as seguintes:

A professora C1 falou que a família não participa do processo de aprendizagem:

“Acredito que para qualquer família, não é fácil lidar com uma pessoa com TEA. Percebo ainda, que muitas tratam a criança como “inútil”, incapaz de realizar tarefas simples do cotidiano, como escovar os dentes sozinhos, alimentar-se, entre outros”. (C1)

As demais professoras relataram ter uma boa participação da família no desenvolvimento da aprendizagem.

“A mãe procura todos os meios e atendimentos para inserir o filho na sociedade, principalmente na escola, fazendo-o participar das programações oferecidas”. (C2)

“A família sempre se mantém presente, facilitando e colaborando para o aprendizado do aluno”. (P1)

“Demonstra interesse nas atividades realizadas pelas crianças além de lavá-lo a outros especialistas que ajudam no desenvolvimento”. (P2)

Sabemos a importância da família no processo do desenvolvimento, o auxílio nas atividades propostas, bem como na busca de outros especialistas faz com o aluno autista tenha mais confiança e possa desenvolver as habilidades e assim como melhorar a convivência na sociedade. Segundo Lakatos (2013, p.171), “A família, em geral é considerada o fundamento básico e universal das sociedades, se encontra em todos os agrupamentos humanos”.

Não há dúvidas de que a presença da deficiência modifica a vida de todos os que lhes são próximos e que o apoio dado a família minimiza as ansiedades frente ao filho autista, promovendo a busca de alternativas para o tratamento mais coerente.

...a participação da família é de suma importância no movimento da inclusão. Seja de forma individualizada ou por meio de suas organizações, é imprescindível a sua participação para a continuidade da luta por sociedades mais justas para seus filhos seja garantida. É importante sua participação, pois a família irá exercer sua cidadania e funcionará como um veículo por meio do qual seus filhos possam aprender a ser. (SANTOS,1999, p.78)

As crianças que são bem assistidas pela família desenvolvem melhor as habilidades cognitivas, tornando-se assim mais eficazes as práticas desenvolvidas na escola. Portanto quando a família deixa de desempenhar o seu papel, a criança reflete-as nas ações dentro da sala de aula. De acordo com Silva (2012, p.159): “A criança com autismo só consegue se desenvolver se estiver verdadeiramente integrada no ambiente familiar”.

Diante da fala da educadora C1 é possível afirmar que a família trata a criança como um ser incapaz de desenvolver-se enquanto cidadão e não faz esforços para superar os obstáculos que uma criança autista tem, porém todos são capazes de superar-se e surpreender quando são ofertadas oportunidades para estes obstáculos sejam vencidas. A falta de informação e de comprometimento da família torna-o excluído do convívio bem como dificulta o desenvolvimento da aprendizagem.

Kidd (2013, p.17) também confirma esse ponto de vista quando diz: os pais têm um impacto maior sobre o desenvolvimento de seus filhos que outro profissional que se conheça. Se os pais passarem apenas duas horas interagindo com seus filhos diariamente, eles influenciarão o progresso infantil duas ou três vezes mais do que qualquer professor ou terapeuta.

4.4. AS DIFICULDADES ENFRENTADAS NA REALIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE COM OS ALUNOS AUTISTAS

Quando nos deparamos com um aluno autista no primeiro dia de aula, imaginamos inúmeros obstáculos e não foi diferente diante das respostas das professoras ao serem indagadas quais as dificuldades enfrentadas? A professora P1 apenas respondeu que não tem dificuldade, as demais responderam que enfrentam muitas dificuldades.

“As dificuldades enfrentadas são muitas, a começar de algumas famílias que não acreditam no nosso trabalho e acabam não dando continuidade nas atividades propostas em casa. A inclusão necessita de espaços físicos adequados, e muitas escolas ainda não dispõem de uma sala de AEE. Nota-

se também que toda a comunidade escolar, precisa estar ciente das necessidades de uma criança autista, para que seus próprios colegas de sala de aula não discriminem, por não saberem com o qual estão lidando. Enfim, temos um longo caminho para percorrer em busca do verdadeiro sentido da inclusão”. (C1)

“No início, achei que não tinha capacidade, ficava muito nervosa ao lidar com uma situação muito complicada, mas aos poucos, fui me acostumando mas consegui ter um contato com o aluno, e fazer com que ele me entendesse e vice-versa, mas o processo é muito lento e difícil”. (C2)

“Atrair a atenção da criança e descobrir o que mais teve atraindo e transformar isso a favor para o desenvolvimento do mesmo”. (P2)

Diante das observações, foi notório perceber que mesmo tendo dificuldades, elas buscam adaptar atividades para que possam realizar um bom trabalho e inserir o aluno no contexto de sala de aula.

[...] possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos (BRASIL, 2000, p.33).

Mantoan (2003) nos ressalta que ensinar atendendo as diferenças não resulta em mudar a maneira de ensinar a criança com deficiência, mas sim de adotar uma nova proposta pedagógica integradora, a qual atenda as diferenças de todos os estudantes, porém isso depende de abandonar as condições de um ensino transmissivo, o qual leva o sujeito a copiar sempre um modelo posto pelo sistema educacional, mas procurar metodologias que contribuam com a aprendizagem desses estudantes.

Na fala da educadora C2, percebemos a importância da formação assim como a experiência de ter um contato prévio com uma criança autista, dessa forma transmitindo mais segurança para a criança bem como para o profissional que irá permanecer durante o ano letivo com a criança.

As dificuldades são visíveis, a falta de estrutura, de recursos didáticos, de empenho da parceria família-escola, porém o comprometimento da equipe, está superando esses obstáculos, dessa forma podemos afirmar que estão conseguindo realizar o trabalho pedagógico com as crianças que são assistidas pelas mesmas.

Nas observações podemos constatar que as educadoras fazem adaptações de atividades, assim como trabalham de forma coletiva, inserindo as crianças autistas nas rodinhas de leituras, nos recontos de histórias, e nas atividades que utilizam o material concreto.

Dessa maneira é importante ressaltar a diferença do profissional que tem uma formação que capacite para a formação integral da criança, capaz de desenvolver as habilidades necessárias para viver em sociedade. Como comenta Bandim (2011, p.62), “Apesar do aumento do conhecimento e reconhecimento do transtorno por muitos profissionais, muita desinformação ainda predomina no contexto dessas crianças”.

4.5 A INCLUSÃO DAS CRIANÇAS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NA VISÃO DAS ENTREVISTADAS

Na concepção das professoras quando perguntadas sobre o que achavam sobre a inclusão de crianças autistas na educação infantil.

“A inclusão das crianças com TEA nas escolas é bastante promissor. Todavia, sabemos que temos muito a avançar para, de fato, incluir essas crianças e não segregar”. (C1)

“Acho que a escola regular ainda não oferece estrutura suficiente para receber os alunos autistas, falta recursos, profissionais mais capacitados, etc”. (C2)

“Acho ótimo o autista tem o direito de ter a mesma educação e ensino em uma escola regular onde o mesmo tem mais chances no desenvolvimento”. (P1)

“A inclusão é necessária para o desenvolvimento da criança em todas as áreas”. (P2)

Nesse último tópico queríamos saber a fundo sobre a inclusão, e percebemos que todas têm o conhecimento básico da inclusão, do papel que o professor e toda a comunidade escolar devem propor para inserir a criança. A escola é a primeira oportunidade que a criança tem para aprender a conviver com outras crianças fora do ambiente familiar. Ela precisa, portanto, estar preparada estruturalmente, pedagogicamente e munida de recursos e apoio profissional para atender às necessidades destes alunos.

Ressaltamos, para que se tenha inclusão, primeiro temos de mudar à nossa maneira de olhar a criança autista, a qual, embora tenha limitações, é capaz de se desenvolver assim como as outras crianças. Por isso, é necessário, como afirma Silva (2012, p.71): “olhar a criança com autismo sob a perspectiva dela”, admitindo que, dependendo da criança e das intervenções corretas e do tratamento precoce, ela pode se desenvolver.

Dessa maneira, é importante que todos que fazem parte da comunidade estejam aptos para assegurar que as crianças autistas tenham o direito de sentir-se acolhidas e inseridas no contexto escolar. A escola, como um todo, ajudando a desenvolver seu papel de incluir e fazer dessa criança um ser conhecedor dos direitos e deveres na sociedade.

Conforme as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica nos apresentam o seguinte conceito de escola inclusiva:

O conceito de escola inclusiva implica uma nova postura da escola comum, que propõe no projeto pedagógico – no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educadores – ações que favoreçam a interação social e sua opção por práticas heterogêneas. A escola prepara-se, organiza-se, capacita seus professores, para oferecer educação de qualidade para todos, inclusive para os educandos que apresentem necessidades especiais. Inclusão, portanto, não significa simplesmente matricular todos os educandos com necessidades educacionais especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário a sua ação pedagógica. (CNE/CEB, 2001, p.40).

Para Silva (2012, p.163): “inclusão é uma política que busca perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os alunos, em salas de comum, em um sistema regular de ensino”. É importante ressaltar a missão da escola para desenvolver durante o trabalho pedagógico ações nas quais as crianças precisam estar em convivência com outras crianças, integrando-as, amadurecendo assim atitudes que serão úteis à vida adulta, como respeito e generosidade, de forma que um aprenda com o outro em um laço de amizade e aceitação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir a discussão é possível descrever que os desafios enfrentados para inserir uma criança autista na Educação Infantil perpassam os trâmites legais e muros que as instituições detêm, pois a inclusão só deixa de ser exclusão quando todos que compõem uma comunidade escolar assumem o papel de incluí-la de forma integral, facilitando o acesso, readaptando materiais, construindo laços de afeto e oferecendo-lhes um ambiente no qual a criança seja capaz de desenvolver suas habilidades e interagir de forma mútua.

Sabemos os obstáculos que têm sido superados, tanto para o profissional da educação quanto para as crianças com autismo no seu processo de escolarização, pois a falta de conhecimento do transtorno e de metodologias adequadas para o ensino deste aluno tem feito com que o desenvolvimento da aprendizagem, seja comprometida. Dessa forma, verifica-se uma grande lacuna no processo de ensino aprendizagem da criança com autismo na educação pela falta de conhecimento de métodos específicos que o professor poderia colocar em sua prática, mediando e apoiando a aprendizagem desse aluno autista, no entanto sabemos do comprometimento dos profissionais para diminuir os desafios para as crianças adentrarem a escola regular, isso tem aumentado o número de crianças matriculadas e frequentando as salas de aulas, assim como a rede tem ofertado cursos de capacitação para os seus servidores, tendo como foco desenvolver métodos eficazes para que as crianças possam ter o seu direito garantido. A família tem sido parte fundamental nesse processo, pois a participação dos familiares na vida escolar da criança contribui para que o ensino aprendizagem aconteça de forma expressiva, bem como a inclusão desta criança na vida escolar e social.

Dessa forma podemos afirmar que a escola quando busca o interesse de conhecer e criar novos métodos pedagógicos para que, assim, a criança autista possa se envolver ao meio social, esses desafios tornam-se menores diante da complexidade de inclusão. Sabemos que são os desafios não estão só na sala de aula, mas em toda a estruturação escolar, porém a partir da busca por novos métodos e práticas estes serão cada vez menores, assegurando que todo indivíduo possa ter o direito a educação de forma ampla e integral. Portanto podemos ressaltar que muitas vezes estes são burlados quando estas são esquecidas nos planos de aulas, nas atividades sem métodos eficazes que possibilitem o desenvolvimento, nas brincadeiras excludentes, tornando-se apenas presentes num contexto de sala de aula.

REFERÊNCIAS

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília: 2006.

Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.

Declaração Universal dos Direitos Humanos – ONU, 1948.

Declaração Mundial de Educação para Todos. Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Brasília, DF: UNIFEC, 1990.

Diretrizes de educação infantil para a educação especial. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília: MEC/CNE/ CEB, 2001.

Diretrizes para Criação de Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Brasília: CONADE, 2010.

Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2016.

Nações Unidas, Convenção dos direitos da Criança, de 1989.

Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – ONU, 1966.

Parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas. [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2005.

AIELLO, A. L. R. & WILLIAMS, L. C. A. O Inventário Portage operacionalizado e a abordagem sistêmica na intervenção com famílias: incompatíveis ou aliados? Trabalho apresentado no IV Simpósio em Filosofia e Ciências. Marília – 2001.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. (2013): DSM-: Diagnostic and statistical manual of mental disorders. Washington: American Psychiatric Association.

ASPERGER, H. (1944). Austisticpsychopathy in childhood. ArchivfürPsychiatrie und Nervenkrakheiten, v. 117, p. 76-136.

BANDIM, José Marcelino. (2011): Autismo: uma abordagem prática. 2. Ed. Recife: Bagaço.

BARCELAR, Lucicleide de Souza; DUARTE, Daniele Severiano. A importância da família na inclusão escolar de crianças acometidas pelo transtorno do Espectro Autista. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/atlante/2018/04/familia-inclusao-escolar.html> Acesso em 20 de outubro de 2019.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais / coordenação geral: SEESP/MEC; organização: Maria Salete F-bio Aranha. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2003.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 4024/61. Brasília: 1961.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 5692/71. Brasília: 1971.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília: 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – Parecer CNE/CEB n.17/2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica/ Secretaria de Educação Especial – MEC, 2008.

BRASIL. Plano Nacional de Educação - PNE/ Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. – Brasília: Câmara dos Deputados, 2014.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Portaria nº 948, de 09 de Outubro de 2007. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 15 de outubro de 2019.

FIGUEREDO, Jeane. Autismo Infantil- Uma Revisão Bibliográfica. São Luiz, 2015.

FREITAS, Soraia Napoleão. “A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo processo”. In: RODRIGUES, David (org). Inclusão e Educação doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo, Summus, 2006, pp. 162-179.

FUMEGALLI, R. C. A. Inclusão escolar: O desafio de uma educação para todos? 2012. 47 f. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Educação Especial: Deficiência Mental e Transtorno) – Departamento de Humanidades e Educação, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2012.

KANNER, L. (1943): Autistic disturbances of affective contact. *Nervous Child*. v. 02. p. 217 – 250.

KIDD, S. L.(2013): Meu filho tem autismo, e agora? São Paulo: M. Books, 2013.

LAKATOS, E.(2013): Sociologia geral. 7. ed. São Paulo: Atlas.

MACIEL, Diva Albuquerque; RAPOSO, Mirian Barbosa Tavares. Metodologia e construção do conhecimento, contribuições para o estudo da Inclusão. In: MACIEL, Diva Albuquerque; BARBATO, Silvane (orgs) Desenvolvimento humano Educação e Inclusão. Brasília, 2010

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M. T. E. PRIETO, R. G. ARANTES, Valéria Amorim (org). Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

MICHELS, M. H. Gestão, inclusão e formação docente: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contorno à organização escolar. Revista Brasileira de Educação. V 11 nº 33 set/dez. 2006.

SILVA, B. (2012): Mundo singular entenda o autismo. Rio de Janeiro: Fontanar, 2012.

UNESCO. Educação: um tesouro a descobrir; relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI - 1996. Disponível em: <http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/database/000046001-000047000/000046258.pdf>> Acesso em 20 de outubro. 2019.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

1) O que você entende por autismo?

2) Como se dá a participação da família no processo de aprendizagem?

3) Quais as dificuldades enfrentadas na realização do trabalho docente?

4) Como você considera a inclusão das crianças autistas?

AGRADECIMENTOS

Primeiramente ao meu pai celeste, que me concedeu iniciar e chegar até aqui.

Sabemos que para alcançar os nossos objetivos não é só preciso acreditar, mas ir em busca de realizá-los, para alcançar, contei com a ajuda de pessoas muito especiais que passaram por várias fases de minha vida, e em todos eles, me encorajaram a ir até o fim.

Agradeço a meu esposo por me empenhar a terminar, que esteve sempre apoiando de forma sublimar, porém nunca me deixou só. As minhas filhas por suportar minha ausência, incentivando a continuar.

A minha família (mãe e irmãos), em especial a minha irmã Raquel que cuidou e educou as minhas filhas como se fossem dela, muitas vezes abdicou de seus afazeres, enquanto eu estava dedicada nas obrigações acadêmicas.

Aos meus amigos e companheiras de trabalho que estiveram sempre me apoiando de todas as formas para que eu não desistisse e se hoje estou concluindo é porque eles se fizeram presentes na minha vida.

Agradeço a banca por se dispor a estarem comigo nesse dia tão importante, em especial a minha orientadora e eterna professora, Livânia que contribuiu significativamente para o meu crescimento profissional e pessoal.

Agradeço imensamente a Karoline Souto que nunca desacreditou em mim, a cada Congresso que surgia lá estávamos prontas para escrever, com toda dedicação e empenho, para que me capacitasse para ser a profissional que almejo. A Valdenice Elaine, Maria Camila e Adeilza, por terem sido pacientes e companheiras durante o curso.

Agradecimento especial ao meu Pai Carlos (IN MEMORIA), mesmo não estando fisicamente presente, me mostrou que só através dos estudos conseguiria vencer. “Pai sei que estais comigo, obrigada por não permitir que não desistisse.”